CONTABILIDADE

A globalização (economicista) piora também a ética contabilística

Por Rogério Fernandes Ferreira

As «impropriamente chamadas normas internacionais» merecem acérrimas críticas. Para o autor não faz sentido enxertar na contabilidade digráfica, no balanço, expectativas incertas, que poderão gerar ganhos a favor de alguns, mas em desfavor de quase todos. Por outras palavras, os princípios tradicionais não permitem englobar o imaginário no real.

Rogério Fernandes Ferreira
Professor catedrático jubilado pelo ISEG
Economista
Advogado

O meu saudoso mestre, Prof. Gonçalves da Silva, acentuava frequentemente que em matérias de contabilidade «mais vale ser pessimista que optimista». Ora, este ditado passará a ser invertido em face da nova Contabilidade trazida pelas impropriamente chamadas normas internacionais.

Atente-se em que, no passado, na Contabilidade, o balanço mostrava o património, à data a que se reportasse, expresso em valores pecuniários em regra na base do custo histórico.

Agora, com as ditas normas surgiram novos paradigmas e com eles figurações e valores diferentes.

Colegas de geração seguinte à minha parece que não se impressionam com as mudanças em curso, antes louvam ou aceitam que o balanço deixe de conter apenas património (no sentido tradicional) para passar a englobar também parcelas novas, designadamente de intangíveis e de potencialidade visionadas em cada empresa, mesmo não directamente assente em aquisições efectuadas. Por outro lado, o critério tradicional (custo histórico) deixa de ser de uso generalizado para passar a confrontar-se com outros critérios também elegíveis que são os chamados justo valor, valor real actual e imparidade.

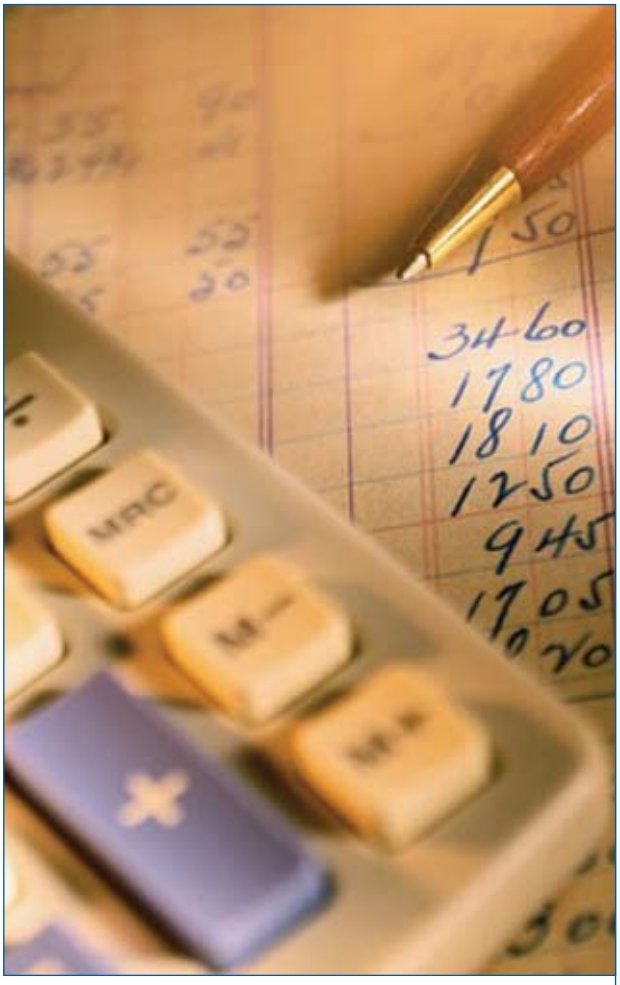
Um critério central para se aceitar agora um activo como tal, é atentar em suas expectativas, nos chamados benefícios económicos futuros [(1)]. Novos *itens* a integrar no balanço são, inclusive, valorizações que cada empresa conta colher de quem nela exerça actividades.

Misturar o património com estas novas realidades gerará, quanto a nós, confusões e complexidades. Retira-se clareza e transparência à contabilidade (misturas de alhos e bugalhos).

As novas mudanças de paradigma, que aliás estão já em regulamentação, englobam potencialidades que cada empresa descortine, designadamente intangíveis, tais como: imagem da empresa, fama, marcas, clientela, potencialidades de venda futura, conhecimentos e aptidões dos elementos humanos da empresa, estruturações e organizações intrínsecas à empresa, incluindo as de ordem relacional, etc.

Todos estes elementos terão aspectos subjectivos variados. Serão potencialidades apreciáveis, mas em tempos passados nenhum doutrinador ou professor responsável de Contabilidade se atreveria a sugerir configurá-las em balanço e conta de resultados de exercício decorrido, dado o respeito não só pela legislação vigente, mas também porque a regra era dar uma imagem de todo prudente. Por isso, só se propunha que se valorizassem elementos contabilísticos na base dos princípios contabilísticos aceites, se bem que se acentuasse o demais com natureza extra-patrimonial, ou seja, fora do balan-

Formular expectativas de ganhos (e perdas) futuros e ponderar valias de elementos organizativos e humanos sempre se reputou aconselhável, mas já não inscrevê-los na contabilidade, visto serem demasiado fluíveis, alheios a posses e de probabilização muito hipotética. (...) Não são, intrinsecamente, pertença de uma empresa as pessoas que nela trabalham.



ço, inscrito, inicialmente, em contas ditas de ordem, complementares, extra-patrimoniais e, com o POC, aparecendo no anexo (ao balanço e à demonstração de resultados).
Considerava-se boa opção descrever os elementos que vimos referindo nos relatórios económico-financeiros da empresa. Aí, sim, se entendia adequado prestar mais indicações relacionadas com o futuro da empresa, contingências possíveis, expectativas de ganhos e perdas, carteiras de encomendas e vendas esperadas, estimações de riscos, designadamente em resultado de eventos conjunturais e de elementos estruturais de admissível mudança, perigos visionáveis, etc. Formular expectativas de ganhos (e perdas) futuros e ponderar valias de elementos organizativos e humanos sempre se reputou aconselhável, mas já não inscrevê-los na contabilidade, visto serem demasiado fluíveis, alheios a posses e de probabilização muito hipotética.
Mais: uma empresa é realidade complexa em que também contam elementos extrínsecos, mas não para serem assenhoreados pela contabilidade. Não são, intrinsecamente, pertença de uma empresa as pessoas que nela trabalham, pessoas que, aliás, podem adoecer, morrer, desmotivar-se, desinteressar-se, deixando de criar valor para a instituição, trair esta, passar para a concorrência e até destruir a instituição.
No nosso mundo volátil, a certeza probabilística cada vez se reduz mais. O probabilisticamente certo quase apenas serão eventos como «amanhã ser novo dia» ou «daqui a duzentos anos todos estaremos mortos.»
Em face de tudo quanto se expõe concluímos não fazer sentido enxertar na contabilidade digráfica, no balanço, expectativas incertas, de futuro incerto. Haverá com isso ganhos a favor de alguns, mas em desfavor de quase todos.
Os técnicos de contas, nos últimos decénios, passaram a preocupar-se mais com o real, pactuando menos com o hipotético, o ilusório, o congeminável. Os princípios que na legislação fiscal e no POC se consignaram vinham dificultando se englobasse o imaginário no real. Agora, admitimos receios de o novo paradigma tornar a contabilidade demasiado imaginativa, a relembrar, algo, a década de 50 do século passado. ■

(Texto recebido pela CTOC em Maio de 2008)

(1) Contra este paradigma acentua-se que não será, via de regra, operacional atribuir a cada activo, a cada parcela de activo, valor que decorre da definição das normas internacionais de Contabilidade em que se aponta que um activo é recurso (?!) de que se esperam benefícios económicos futuros. Certo será que, via de regra, não se poderá apurar, genericamente, o valor de cada activo através de cálculos de rendimentos futuros. Atente-se na incerteza de duração económico-fiscal de cada bem de per si, do seu tempo de rendimento, da adivinhação do cômputo dos inerentes rendimentos futuros, ponderando tudo, em termos de custos/proveitos futuros, de taxas de rendimento e de risco em mercado, etc.. Por outro lado, se a cada activo se pode atribuir facilmente o seu custo (o valor histórico) e também, embora menos facilmente, o valor de reposição ou o valor do mercado, bem diferente será apurar o valor económico futuro de cada activo, de cada fracção de activo, o que não é geralmente bem determinável, porquanto a determinação do valor de rendimento futuro respeita à empresa no seu todo e não a cada elemento patrimonial que nele se integre, juntamente e em dependência com os demais elementos extrínsecos aos elementos patrimoniais que são inertes, dependentes, como os demais, de movimentos anteriores e posteriores (transformação e/ou venda), em resultado de acções que derivam dos elementos organizativos, das pessoas da empresa e também de elementos externos que com a empresa interagem, inclusive os clientes, para os quais se compra, produz e vende e sem os quais nada se desenvolverá…